



REMINISCÊNCIAS DO COLONIALISMO: A ATUALIDADE DO SISTEMA MODERNO-COLONIAL DE GÊNERO NA MATEMÁTICA BRASILEIRA

Fernanda Schons

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES

Gilmar José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Guilherme José Schons

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES

1. Introdução

Historicamente, o acesso das mulheres aos espaços de produção de conhecimento é permeado por intervenientes de ordem social, cultural, religiosa e política. No Brasil, por ser a pós-graduação um fenômeno ainda recente, o acesso das mulheres a esses espaços é marcado por atravessamentos distintos, advindos das reminiscências (Benjamin, 1985) do processo de colonização. Nesse viés, a compreensão acerca da conjuntura que reflete a representatividade feminina na docência universitária, principalmente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, envolve perspectivas indissociáveis das dimensões transpostas pelo colonialismo e cristalizadas por meio da colonialidade do poder, saber e ser (Quijano, 2005).

Ao compreendermos que o espectro das relações coloniais não foi superado com o fim da experiência colonial no Brasil e repercutem atualmente nas dimensões político-econômica, epistêmica e ontológica, consideramos que os contextos de produção de conhecimento constituem-se em espaços de disputa nos quais o trauma colonial (Schons, G. J., 2024) impõe desafios predominantemente às mulheres. Corroboramos Lugones (2020) ao assumirmos a colonialidade como um dos eixos do sistema de poder que atravessa a produção de conhecimento e, como tal, se assenta nas interações subjetivas e intersubjetivas estabelecidas a partir dos marcadores sociais de poder e dominação, quais sejam: classe social, gênero, raça e trabalho.



2. Metodologia

Nesse sentido, este texto tem a finalidade de discutir a permanência do colonialismo, assimilado tendo em vista as suas ruínas (Benjamin, 1985) na sociedade brasileira, por intermédio da imposição do projeto moderno/eurocêntrico em relação à dimensão do gênero, sobretudo, diante dos entraves à presença e à participação das mulheres nos espaços de produção de conhecimento no âmbito da Matemática. Para tanto, recorreu-se a uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2009), de cunho bibliográfico e documental (Gil, 2002). Assim, inicialmente, procedeu-se à revisão de literatura da produção de teóricas/os das Epistemologias do Sul que abrangem os debates acerca da colonialidade nas esferas do poder, do saber, do ser e do gênero. Em seguida, a análise documental empreendeu a investigação do teor patriarcal no período recente. Além disso, diante do estudo de movimentações atuais das mulheres na Matemática, almeja-se evidenciar centelhas (Benjamin, 1985) decoloniais que sustentam a educação como um direito fundamental.

3. Resultados e discussão

Em 1934, foi instituído o primeiro curso universitário de Matemática no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), a partir de um dos decretos da Reforma Francisco de Campos (1931) – marco da unificação dos conteúdos de Álgebra, Aritmética e Geometria na disciplina Matemática – quando foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras, em que ganha ênfase, no documento regulador do Ensino Superior, “o caráter urgente atribuído à necessidade de prover uma formação profissional para os professores” (Gomes, 2016, p. 426). Cabe ressaltar a conjuntura de criação da USP, pelo governo do estado de São Paulo, naquele mesmo ano, como um projeto político centrado na formação das elites intelectuais que deveriam dirigir o país (Cardoso, 1982), quais sejam, as elites paulistas insatisfeitas com o governo federal. A fundação do então denominado Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos em 1951, representaram um avanço rumo ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa e, em especial, para a gênese da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.



Quase três décadas após a implementação do primeiro Curso de Graduação em Matemática, foi criado, em 1962, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Matemática – Mestrado e Doutorado – no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) por meio de convênio estabelecido com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim, conforme enfatiza Sucupira (1980), a pós-graduação sob o escopo de mestrado e doutorado emerge como um fenômeno recente no Ensino Superior brasileiro. Os programas de pós-graduação foram formalmente reconhecidos em 1965, quando o Ministério da Educação aprovou o quadro legal para as atividades de 38 (trinta e oito) cursos de pós-graduação, sendo 27 (vinte e sete) mestrados e 11 (onze) doutorados, por meio do Conselho da CAPES composto por expoentes da educação brasileira, como Anísio Teixeira e Newton Sucupira. O Parecer CFE 977/1965, aprovado em 3 de dezembro de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, regulamentou, delineou as diretrizes e desencadeou diversas dinâmicas na pós-graduação no Brasil, sobretudo no que tange à sua expansão (Trevisol; Balsanello, 2023).

O IMPA, criado em 15 de outubro de 1952 (exatos cento e vinte e cinco anos após a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras), consagrou-se a primeira unidade de pesquisa do CNPq e, a partir de 1971, tornou-se a primeira instituição matemática com mandato do Conselho Federal de Educação para outorgar graus de mestre e doutor, o que conferiu caráter regular à pós-graduação acadêmica do IMPA que, desde então, tem recebido classificação máxima na avaliação da CAPES. A Universidade Federal do Rio de Janeiro criou, a partir de então, cursos regulares de doutorado no campo do direito e das ciências exatas e naturais, os quais constituíram os primórdios da pós-graduação atualmente denominada *stricto sensu* no Brasil. É nesse contexto que, no final da década de 1940, Marília Chaves Peixoto, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Elza Furtado Gomide se tornam as três primeiras mulheres brasileiras doutoras em Matemática.

Alguns aspectos em comum, como etnia branca e pertencimento das três pioneiras no doutoramento em Matemática à elite econômica e intelectual, associados ao fato de que a primeira mulher negra a tornar-se doutora em Matemática foi Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, quase quarenta anos depois, em 1977, levam a reafirmar que o sistema moderno-colonial de gênero associa-se intrinsecamente às formas de colonialidade do saber, do poder e do ser no contexto pós-colonial e enfatiza a existência de



interseccionalidade entre as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade (Lugones, 2020). Na multiplicidade ontológica de sistemas de opressão, urge incluir e “[...] reconhecer a relação de poder entre a mulher branca e a mulher de cor” (Lugones, 2014, p. 74), ferida aberta na contemporaneidade.

Esses aspectos ecoam no tempo presente, manifestando-se, sobretudo, nas disparidades profissionais entre homens e mulheres com qualificação em nível de pós-graduação (Schons, F., 2024), conforme aponta o relatório “Brasil: Mestres e doutores 2024”, o qual apresenta informações sobre a pós-graduação brasileira no período de 1996-2021. Ao destacar a relevância do contingente de profissionais altamente qualificados para transformar e produzir conhecimentos, gerar inovação e qualificar novos profissionais, o relatório ressalta que a pós-graduação brasileira alcançou escala e qualidade que a distingue entre os países emergentes (Brasil, 2024). Contudo, o relatório evidencia que a participação das mulheres entre os titulados em nível de mestrado e doutorado pelas grandes áreas do conhecimento apresenta discrepâncias no período analisado, indicando prevalência de mulheres em áreas tais como Ciências da Saúde (68,9%) e Linguística, Letras e Artes (67,9%) e minoria em outras áreas, a exemplo das Ciências Exatas e da Terra, na qual as mulheres representam apenas 33,2% dos diplomados (Brasil, 2024).

4. Considerações finais

A presença feminina em espaços matemáticos de ensino e pesquisa no Brasil é exígua. No sistema moderno-colonial de gênero, o acesso das mulheres aos espaços de saber e de poder é desigual e atravessado por fatores relacionados ao *status quo* e às imposições do capitalismo. Em todo caso, a presença e a participação das mulheres na Matemática são centelhas decoloniais que, por meio de um movimento mais amplo de elaboração do trauma colonial, contribuem para transgredir o sistema moderno-colonial de gênero e subverter a colonialidade no Brasil.

Referências

BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1985.



BRASIL. CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Brasil: Mestres e Doutores 2024**. Brasília, DF. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>. Acesso em: 08 de abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como Classificar as Pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

GOMES, Maria Laura Magalhães. Os 80 Anos do Primeiro Curso de Matemática Brasileiro: sentidos possíveis de uma comemoração acerca da formação de professores no Brasil. **Bolema**: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 30, n. 55, p. 424-438, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/LyM7mqLktRFkMcYGWwKn4cF/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Radical Multiculturalism and Women of Color Feminism. **Journal for Cultural and Religions Theory**, v. 13, p. 68-80, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

SCHONS, Fernanda. O sistema moderno-colonial de gênero e a pós-graduação stricto sensu no Brasil: análises e reflexões históricas e sociais. In: WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; LOCATELI, Claudia Cinara. **Direitos humanos e educação: discussões dialógicas e interdisciplinares**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2024. p. 75-110. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/editora-unoesc/direitos-humanos-e-educacao-discussoes-dialogicas-e-interdisciplinares/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SCHONS, Guilherme José. **Memórias de duas ditaduras ibero-amefricanas: Brasil, Moçambique e Portugal nas escrituras pós-coloniais de Conceição Evaristo e Isabela Figueiredo**. 2024. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de História, *Campus Erechim*, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2024. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7751>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SUCUPIRA, Newton. **Antecedentes e primórdios da pós-graduação**. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.4, n.4, p. 3-18, 1980.



TREVISOL, Joviles Vítório; BALSANELLO, Geomara. Uma década de Pós-Graduação: o que a experiência da UFFS evidencia? Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 41, p. 213-239. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/13208>. Acesso em 23 abr. 2024.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas de Mestrado.